



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0251747-1

AGRAVANTE: *Espólio de Paulo Roberto Albuquerque de Menezes*

AGRAVADO: *Carla Maria de Andrade*

RELATOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

EMENTA – CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DETERMINAÇÃO DE BLOQUEIO DE BENS PELO JUÍZO DA VARA DE SUCESSÕES. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESSE JUÍZO. REJEITADA POR MAIORIA DE VOTOS. NO MÉRITO, RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO/FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO CASSADA À UNANIMIDADE. PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL Nº 0251747-1/01.

1. Preliminarmente, não se pode considerar incompetente o Juízo da Vara de Sucessões, vez que a indisponibilidade de bens faz parte de seu mister, a fim de preservar os interesses de todos que entenderem ser legitimados à herança. Preliminar de incompetência do Juízo rejeitada por maioria de votos.

2. Meritoriamente, a decisão recorrida deve ser cassada vez que a agravada não requereu o bloqueio de valores determinado pelo Juízo, bem como por se apresentar sem a devida fundamentação para tanto.

3. Por via de consequência, fica restabelecida a disponibilidade das contas bancárias e ativos financeiros do de cujos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

4. Recurso provido. Decisão cassada à unanimidade de votos. Prejudicado o Agravo Regimental nº 0251747-1/01.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0251747-1, sendo agravante o Espólio de Paulo Roberto Albuquerque de Menezes e agravada Carla Maria de Andrade, acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria de votos em rejeitar a preliminar de incompetência do Juízo e, no mérito, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, para cassar a decisão recorrida, considerando, ainda, prejudicado o Agravo Regimental nº 0251747-1/01, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 03/05/2013


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

444

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0251747-1

AGRAVANTE: *Espólio de Paulo Roberto Albuquerque de Menezes*

AGRAVADO: *Carla Maria de Andrade*

RELATOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

RELATÓRIO

Cuidam estes autos de agravo de instrumento interposto à iniciativa do Espólio de Paulo Roberto Albuquerque de Menezes contra decisão proferida pelo Excelentíssimo Juiz de Direito da 5ª Vara de Sucessões da Capital, nos autos do Inventário n.º 0146479-96.2009.8.17.0001.

Tal decisão determinou o bloqueio das contas e ativos financeiros havidos sob titularidade do falecido Paulo Roberto Albuquerque de Menezes.

Nas razões deste recurso coligidas às fls. 02/24, argüiu preliminarmente, a incompetência do Juízo da 5ª Vara de Sucessões, apontando como Juízo competente o da 8ª Vara de Família e Registro Civil da Capital, tendo, inclusive, tal questão já sido decidida pela 5ª Câmara Cível deste Tribunal, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0214574-8. Argüiu, ainda, a nulidade da decisão recorrida, em face da mesma ser *extra petita*.

Meritoriamente aduz que a agravada não ostenta a condição de herdeira nem de meeira, pelo que, não possui legitimidade para atuar no inventário, requerendo a sua suspensão e a indisponibilidade dos bens do falecido.

A par de tais fundamentos, requereu que fosse concedido liminarmente o efeito suspensivo e, ao final, que a decisão recorrida seja cassada, restabelecendo a disponibilidade das contas e ativos financeiros sob a titularidade do *de cujus*.

O efeito suspensivo foi concedido, determinando o desbloqueio das contas bancárias e ativos financeiros sob a titularidade do falecido (fls. 425/426).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Contra-razões às fls. 437/442, aduzindo que o agravante tenta induzir a erro este Tribunal, uma vez que a decisão agravada, foi tomada com fundamento no poder geral de cautela, consagrado no artigo 798 do CPC.

Requeru, ao final, o não provimento do recurso e, alternativamente, a sua conversão em agravo retido.

À pauta.

Recife, 23/01/12


Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador Relator



455

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0251747-1

AGRAVANTE: *Espólio de Paulo Roberto Albuquerque de Menezes*

AGRAVADO: *Carla Maria de Andrade*

RELATOR: *DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO*

VOTO

Na completa análise dos autos, inclusive após a resposta da agravada, tenho que merece acolhida a arguição da agravante sobre a incompetência do Juízo da 5ª Vara de Sucessões no que tange a reserva de bens sob a titularidade do *de cujus*, com o fito de garantir um possível direito de meação que a agravada entende possuir.

É que este Egrégio Tribunal, através do julgamento do Agravo de Instrumento nº 0214574-8 (fls. 310 e ss), realizado pela 5ª Câmara Cível, reconheceu a competência do Juízo da 8ª Vara de Família e Registros Públicos da Capital para decidir sobre medidas cautelares que versem sobre reserva/indisponibilidade de bens do Espólio ora agravante, reconhecendo, por conseguinte, a incompetência do Juízo da 5ª Vara de Sucessões para tanto.

Tanto foi assim, que o próprio Juiz da 5ª Vara de Sucessões, com fundamento nesse citado acórdão, extinguiu as duas ações cautelares, de autoria da ora agravada, que versavam sobre reserva/indisponibilidade de bens do citado Espólio (fls. 406/408 e 410, respectivamente).

Nesse andar, afigura-se, até, contraditória com as duas extinções das cautelares, a decisão proferida pelo Juízo da 5ª Vara de Sucessões, ora atacada, no sentido de determinar, através do BACENJUD, o bloqueio das contas e ativos financeiros sob a titularidade do *de cujos* (fls. 29).

Para além disso, observa-se que nem a própria agravada solicitou tal medida, apenas requereu que aquele Juízo oficiasse o Banco Bradesco, a fim de saber a atual situação do extrato bancário de determinada conta corrente, bem como se havia outras aplicações e/ou contratos em nome do falecido (fls. 104).



456

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Por óbvio que qualquer Magistrado, utilizando-se do poder geral de cautela, pode, *ex officio*, determinar medidas que visem o não perecimento de direitos que futuramente possam ser reconhecidos, entretanto, o exercício desse poder/dever, como qualquer outro ato jurisdicional de um Magistrado, encontram-se submissos à competência do mesmo.

Assim, já sabendo o Juízo da 5ª Vara de Sucessões que este Egrégio Tribunal havia declarado sua incompetência para a matéria em questão, inclusive, revogando decisão de sua lavra, não poderia o mesmo, ainda que sob um possível poder geral de cautela, como afirmou a agravada, novamente decidir sobre tal matéria.

Diante da fundamentação acima esposada VOTO pelo provimento do presente recurso, no sentido de revogar a decisão ora atacada, restabelecendo a disponibilidade das contas bancárias e ativos financeiros que se encontrem sob a titularidade do *de cujus*, salientando-se que a possibilidade de movimentação de tais recursos, fica condicionada à análise do juízo competente. Prejudicado o Agravo Regimental nº 02517647-1/01.

Recife,



Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

459

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0251747-1

COMARCA DE ORIGEM: 5ª Vara de Sucessões de Recife/PE

AGRAVANTE: Espólio de Paulo Roberto Albuquerque de Menezes

AGRAVADA: Carla Maria de Andrade

VOGAL CONVOCADO: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO VISTA

RESUMO DA LIDE:

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Espólio de Paulo Roberto Albuquerque de Menezes contra decisão que, nos autos da Ação de Inventário nº 0146479-96.2009.8.17.0001, determinou o bloqueio das contas e ativos financeiros de titularidade do *de cujus*, a requerimento da Agravada, por estar em discussão no juízo da Vara de Família a união estável entre si e o falecido, objetivando, assim, impedir eventual dilapidação patrimonial.

A discussão que envolve a presente lide - e que foi motivo do meu pedido de vista - é analisar se o juiz da Ação de Inventário é, ou não, competente para indisponibilizar bens integrantes do inventário, considerando que este Egrégio Tribunal de Justiça, quando do julgamento do Agravo de Instrumento nº 0214574-8, atribuiu tal competência à Vara de Família em que está tramitando a Ação de Reconhecimento de União Estável.

PR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

460

Insta esclarecer, ademais, que o voto do Eminentíssimo Des. Relator Alfredo Jambo (fls. 455/456) foi no sentido de reconhecer a incompetência do juízo da Ação de Inventário, tornando nula, pois, a decisão vergastada que determinou o bloqueio dos ativos financeiros do *de cujus*, por considerar absoluto o julgamento do Agravo de Instrumento nº 0214574-8 supracitado.

Imperioso destacar, ainda, que o presente recurso traz em seu bojo - além da discussão acerca da incompetência do juiz prolator da decisão vergastada - o eventual caráter *extra petita* do *decisum* e, no mérito, a ilegitimidade da Agravada para figurar como herdeira ou meeira do falecido.

Pois bem! Estando delineados os pontos controvertidos, passo à sua análise.

I) Discussão acerca da competência do juízo em que tramita a Ação de Inventário para determinar a indisponibilidade dos bens do *de cujus*.

Analisando detidamente os autos, *permissa vênia* o entendimento do Douto Desembargador Relator, hei de discordar de seu posicionamento. Explico:

Não vejo considerar incompetente um juízo em que a indisponibilidade de bens faz parte de seu mister, a fim de preservar os interesses de todos que entenderem ser legitimados à herança, tal como o interesse da Agravada, a qual se acha legitimada a concorrer à herança, na qualidade de convivente.

PR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

461

Ora, decerto que, estando o processo de inventário sob sua regência, compete ao seu respectivo Juízo tomar as medidas acautelatórias para que a sua decisão não se torne inócua. Esse é o caso dos autos!

O MM Juiz da 5ª Vara de Sucessões, onde tramita o inventário, entendeu por bem tornar indisponível os ativos financeiros do *de cujus* por haver um requerimento de habilitação da Agravada como herdeira do falecido, hipótese esta que a própria lei previu e assim dispôs:

Art. 1.001. Aquele que se julgar preterido poderá demandar a sua admissão no inventário, requerendo-o antes da partilha. Ouvidas as partes no prazo de 10 (dez) dias, o juiz decidirá. Se não acolher o pedido, remeterá o requerente para os meios ordinários, mandando reservar, em poder do inventariante, o quinhão do herdeiro excluído até que se decida o litígio.

Nessa seara, os ensinamentos de Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, em sua obra "Comentários ao Código de processo Civil", vol. IX Tomo I, p. 11/112":

"O juízo do inventário terá competência para decidir a questão relativa à preterição de herdeiro ou legatário por força do artigo em estudo, assim como eventual pleito que tenha por objetivo meação do cônjuge ou da(o) companheira(o), por força do art. 1.023, nº II, do Código de Processo Civil, desde que, à vista de prova documental, inequívoca, possa acolher o pedido. Caso

3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

462

contrário, na linha preconizada pelo artigo em estudo, deverá remeter o requerente para os meios ordinários, facultando ao juiz determinar, através de decisão de natureza cautelar, a reserva em poder do inventariante do quinhão do pretenso herdeiro, do legado do pretenso legatário, ou da meação requerida pelo cônjuge ou companheira(o)."

Assim, para o resguardo do direito que afirma a Agravada possuir, qual seja, sua participação na herança, como convivente, é nítida a necessidade de reserva de seu quinhão, em poder do inventariante.

Para que não parem dúvidas, colaciono o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça sobre o caso *sub judice*:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - INVENTÁRIO
CONVERTIDO EM ARROLAMENTO DE BENS -
COMPANHEIRA DE HOMEM CASADO - AJUIZAMENTO DE
AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO -
SUSPENSÃO DO INVENTÁRIO - INADMISSIBILIDADE -
RESERVA DE BENS - POSSIBILIDADE - NATUREZA
CAUTELAR - FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA -
REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS.

1 - Não há que se falar em suspensão do processo de inventário, convertido em arrolamento de bens, até o julgamento da ação de reconhecimento de sociedade de fato ajuizada por suposta companheira do de cujus. Inaplicabilidade do art. 1000 do CPC.

2 - Precedente (CC nº 31.933/MS).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

463

3 - *É possível a reserva de bens em favor de suposta companheira de homem casado no processo de inventário deste, na proporção de sua participação para a formação do patrimônio. Interpretação do art. 1001 do CPC.*

4 - *Precedente (REsp nº 423.192/SP).*

5 - *A reserva de bens, em poder do inventariante, até o deslinde da ação de reconhecimento de sociedade de fato tem natureza cautelar, sendo indispensáveis os requisitos de fumus boni iuris e periculum in mora, ora não demonstrados. Ademais, apreciar a existência de tais requisitos implica, necessariamente, no reexame do material fático-probatório apresentado nos autos, o que encontra óbice na Súmula nº 07 desta Corte.*

6 - *Precedentes (REsp nºs 423.192/SP, 34.323/MG, 17.806/MG).*

7 - *Recurso não conhecido." (REsp 310904/SP, 4ª Turma, julg. 22/02/05, rel. MIN. JORGE SCARTEZZINI, STJ).*

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INVENTÁRIO - SUSPENSÃO EM FACE DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL - DESCABIMENTO - RESERVA DE BENS - RECURSO DESPROVIDO.

Descabida é a suspensão do inventário em razão do ajuizamento de Ação Declaratória de União Estável, na medida em que é prevista no Diploma Processual a reserva de quinhão da pretensa meeira e herdeira." (Autos nº 1.0024.83.039325-2/002, 5ª C.C., publ. 10/02/11, rel. DES. MAURO SOARES DE FREITAS, TJ-MG).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

464

Perceba-se, assim, que não há como declarar o juiz da Vara de Sucessões incompetente para tornar indisponível o patrimônio do *de cujus*, mormente quando a própria lei processual lhe obriga a fazê-lo. Repito: Não é ato discricionário do juiz, é obrigação! Isto porque é preciso preservar o direito de todos que aspiram participação no processo de inventário e, mantendo-se os bens disponíveis, agirá o magistrado em desconformidade com a legislação pertinente, assim como em relação à própria jurisprudência do STJ.

Demais disso, imperioso destacar que não há notícia nos autos de conclusão do inventário, de modo que é impossível ao juiz saber o que representaria o quinhão da parte Agravada para efeitos de reserva, sendo mais prudente tornar todo o patrimônio indisponível, até que se averigue a condição de herdeira da Recorrida e que se saiba o patrimônio total do falecido para a partilha.

Dito isso, *permissa vênia*, novamente, ao Eminentíssimo Relator Des. Alfredo Jambo, não compartilho de seu posicionamento, pelo que **rejeito a preliminar de incompetência do Juiz da Vara de Sucessões suscitada.**

É como voto.

Recife, 30 de ^{AGOSTO} ~~Julho~~ de 2012.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Vogal



3ª CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 251747-1 NPU Nº 17500-51.2011.8.17.0001
AGRAVANTE: ESPÓLIO DE PAULO ROBERTO ALBUQUERQUE DE MENEZES
AGRAVADA: CARLA MARIA DE ANDRADE
RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO
RELATORA
SUBSTITUTA: JUÍZA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES
VOTO VISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESPÓLIO DE PAULO ROBERTO ALBUQUERQUE DE MENEZES em face da decisão (fl.29) proferida pelo Juízo da 5ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital que, nos autos da ação de inventário nº0146479-96.2009.8.17.0001, deferiu o pleito da Agravada, determinando o bloqueio das contas e ativos financeiros de titularidade do *de cujus*, por se encontrar ainda em discussão no Juízo 8ª da Vara de Família, o reconhecimento da suposta união estável vivenciada entre o falecido e a Recorrida.

De se mencionar, desde logo, que, na sessão realizada no dia 30/08/2012, o presente feito foi apresentado para julgamento, e, para melhor analisar a questão trazida a cotejo judicial, requeri "vista" dos autos, nos moldes previstos no Art. 555, § 2º, do CPC¹, com a redação dada pela recente Lei nº 11.280/06, bem assim no Art. 105 do RITJ/PE², este último aqui invocado por analogia.

Pois bem.

O voto do Relator é no sentido de revogar a decisão ora atacada, restabelecendo a disponibilidade das contas bancárias e ativos financeiros que se encontrem sob a titularidade do *de cujus*, em virtude da incompetência do Juízo da 5ª Vara de Sucessões para apreciar a matéria, conforme anteriormente decidido no bojo do Agravo de Instrumento nº214574-8, que reconheceu a competência do Juízo da 8ª Vara de Família para decidir acerca de medidas cautelares que versem sobre reserva/indisponibilidade de bens do espólio em questão.

¹ Art. 555. No julgamento de apelação ou de agravo, a decisão será tomada, na câmara ou turma, pelo voto de 3 (três) juízes. § 2º Não se considerando habilitado a proferir imediatamente seu voto, a qualquer juiz é facultado pedir vista do processo, devendo devolvê-lo no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o recebeu; o julgamento prosseguirá na 1ª (primeira) sessão ordinária subsequente à devolução, dispensada nova publicação em pauta.

² Art. 105 - Na sessão em que se iniciar o julgamento, qualquer dos julgadores poderá pedir vista dos autos. Parágrafo Único - O pedido de vista suspenderá a conclusão do julgamento; não obstará, porém, a que profira desde logo o seu voto qualquer julgador que se considere habilitado a fazê-lo.

Lado outro, o voto vista apresentado pelo Vogal Convocado, Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, adotou posicionamento divergente do Relator, sob o argumento de que o juízo do inventário é o competente para apreciar questão relativa à preterição da suposta meeira, sendo prudente, portanto, tornar indisponível todo o patrimônio do falecido, até que se averigue a condição de meeira da Agravada.

Data vênia, compartilho do entendimento esposado pelo Desembargador Agenor Ferreira, no sentido de rejeitar a preliminar de incompetência do Juízo da Vara de Sucessões suscitada.

É certo que, já houve pronunciamento deste Egrégio Tribunal, no bojo do Agravo de Instrumento nº214574-8, no sentido de fixar a competência do Juízo da Vara de Família para apreciar o pedido de reserva/indisponibilidade de bens formulado pela Agravada, entretanto, a questão ora posta em julgamento, restringe-se tão somente ao pedido de habilitação da Agravada no inventário do falecido e expedição de ofício ao Banco.

Sendo assim, não há que se falar em similaridade de pedidos, conforme quer fazer crer a parte agravante, visto que, em nenhum momento foi requerido a reserva de bens ou bloqueio de valores.

Entrementes, e ainda que a pretensão da Agravada compreendesse também o pedido de reserva de bens/indisponibilidade de valores para garantir seus direitos(CC1.725; e herança, CC 1.1790), o Agravo de Instrumento anteriormente apreciado por este TJPE, com trânsito em julgado, não impediria a análise da questão da competência, diante da nova conjuntura apresentada.

Isto porque, a competência para a análise de tal pretensão é absoluta, em razão da matéria, e, portanto, de ordem pública, não se sujeitando a preclusão, podendo ser arguida a qualquer tempo e grau de jurisdição pelas partes.

Além disso, é de se gizar que à parte agravada que aguarda o desfecho da ação de reconhecimento de união estável, em trâmite no Juízo de Família, é conferido o direito de pleitear a sua admissão no inventário ou reserva de bens na proporção de sua participação para a formação, sendo a competência para análise de tal pretensão do juízo do Inventário, ou seja, da Vara de Sucessões.

Tal entendimento sobre a reserva de quinhão tem guarida no disposto no Art. 1.001 do Código de Processo Civil:

Art. 1.001. Aquele que se julgar preterido poderá demandar a sua admissão no inventário, requerendo-o antes da partilha. Ouvidas as partes no prazo de 10 (dez) dias, o juiz decidirá. Se não acolher o pedido, remeterá o requerente para os meios ordinários, mandando reservar, em poder do inventariante, o quinhão do herdeiro excluído até que se decida o litígio.

Nesse sentido, é o entendimento perfilhado pelo C.STJ e Tribunais Pátrios, conforme arestos abaixo colacionados:

Direito civil e processual civil. Família. Sucessões. Inventário. Ação de reconhecimento e de dissolução de sociedade de fato c.c. partilha de bens. Alegada pendência de liquidação de sentença. Pendente ação de reconhecimento de concubinato ajuizada por terceira pessoa, estranha à lide. Causas de suspensão do processo. Peculiaridades. Hipótese diversa. [...] Não é causa de suspensão do processo de inventário a pendência de julgamento de ação de reconhecimento de sociedade de fato ajuizada em face dos herdeiros do falecido companheiro.- À parte que aguarda o desfecho de ação pendente é conferido o direito de pleitear a sua admissão no inventário ou a reserva de bens na proporção de sua participação para a formação do patrimônio, desde que configurados os requisitos da relevância do direito e do perigo na demora.- [...] No que se refere à eventual suspensão do processo em razão da pendência de ação de reconhecimento de concubinato ajuizada por terceira pessoa, estranha à presente lide, em momento posterior à abertura do inventário, consigne-se que não tem essa nova ação o condão de suspender o processo, porque não guarda relação de prejudicialidade externa com o procedimento de inventário. Recurso especial conhecido mas não provido. (REsp 976649/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 02/02/2010).

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE SOCIEDADE DE FATO. ALEGADA CONEXÃO COM INVENTÁRIO. INEXISTÊNCIA. A ação declaratória de sociedade de fato movida contra os herdeiros do falecido não guarda conexão com o inventário, cabendo neste a reserva de bens para a hipótese de ser julgado procedente o pedido da suposta meeira. No caso de improcedência, opera-se a sobrepartilha dos bens reservados. Competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Jabaquara e Saúde - São Paulo/SP, o suscitado. (STJ, 31933 MS 2001/0071197-7, Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Data de Julgamento: 09/10/2001, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 04.02.2002 p. 267, sem grifos no original).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. SUCESSÕES. INVENTÁRIO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL EM TRÂMITE. RESERVA DE BENS. CABIMENTO. Estando em trâmite ação em que buscado o reconhecimento da existência de união estável entre a pretensa companheira e o de cujus, admite-se a reserva de patrimônio suficiente para garantir o eventual pagamento da meação e participação na herança, nos termos do que dispõe o art. 1.790 do Código Civil. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravado de Instrumento Nº 70045239068, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Julgado em 26/09/2011, sem grifos no original).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUCESSÕES. INVENTÁRIO. RESERVA DE BENS PARA EVENTUAL MEAÇÃO E QUINHÃO HEREDITÁRIO DA SEDIZENTE COMPANHEIRA. Existindo processo de reconhecimento de união estável com pedido de partilha de bens em tramitação, é recomendável que o inventário continue com a reserva de bens que podem vir a ser objeto de meação, bem como de herança. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravado de Instrumento Nº 70036263283, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alzir Felipe Schmitz, Julgado em 06/05/2010).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. DEMANDA EM TRÂMITE. RESERVA DE BENS. CABIMENTO. Encontrando-se em tramitação a demanda em que se discute a suposta existência de união estável, fica plenamente possível a reserva de patrimônio com finalidade de garantir eventual pagamento da meação da aventada companheira, bem como a sua participação na herança. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (SEGREGADO DE JUSTIÇA) (Agravado de Instrumento Nº 70043518216, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roberto Carvalho Fraga, Julgado em 14/12/2011, sem grifos no original).

Nesse contexto, o pedido de reserva de bens em favor da sedizente companheira, estando em curso a ação de reconhecimento de união estável, deve ser formalizado perante o Juízo do Inventário, consoante assegurado pelo Art. 1001 do CPC.

Assim, a competência para apreciar o pleito de habilitação no inventário ou reserva de bens é do Juízo do Inventário, *in casu*, o Juízo da 5ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital.

Com arrimo na jurisprudência supracitada, **REJEITO** a preliminar de incompetência levantada, por entender que o Juízo da 5ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Capital, no qual tramita a ação de inventário nº0146479-96.2009.8.17.0001, é o competente para apreciar a matéria em liça.

Recife, 29.11.2012


Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

Relatora Substituta



3ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 251747-1 NPU Nº 17500-51.2011.8.17.0001

AGRAVANTE: ESPÓLIO DE PAULO ROBERTO ALBUQUERQUE DE MENEZES

AGRAVADA: CARLA MARIA DE ANDRADE

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

RELATORA

SUBSTITUTA: JUÍZA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES

VOTO VISTA - MÉRITO

O Juiz de piso decidiu fora do que foi pedido, determinando a indisponibilidade de contas e aplicações financeiras sob titularidade de Paulo Roberto Albuquerque de Menezes, o que importa em reserva de bens do espólio em favor da pretensa companheira, sem que para tanto tenha sido formulado pleito neste sentido. Na verdade, o pedido restringiu-se a habilitação/admissão no inventário e expedição de ofício ao Banco, sem requerer, em nenhum momento, reserva de bens ou bloqueio de valores.

Para além disto, a decisão agravada não fez qualquer menção aos requisitos da relevância do direito e do perigo da demora (REsp 9776649/SP).

Na verdade o pleito a este respeito tem que ser formulado de forma específica e se fazer acompanhar da comprovação dos requisitos necessários, não cabendo ao Magistrado, nesta situação peculiar, deferir a pretensão de ofício, sem pedido expresso ao seu respeito e sem observância da relevância do direito e do perigo na demora.

Pelo exposto, voto no sentido de **anular a decisão interlocutória proferida**, em razão de se apresentar extra petita e sem a devida fundamentação legal, porquanto não fez qualquer menção aos requisitos da relevância do direito e do perigo da demora, além de afrontar o disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

É como voto.

Recife, 29 de novembro de 2012.

Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

Relatora Substituta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 12 04 2012

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 251747-1 – RECIFE

AGRAVANTE: ESPÓLIO DE PAULO ROBERTO ALBUQUERQUE DE MENEZES.

AGRAVADA: CARLA MARIA DE ANDRADE

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO E VOTO CONSTANTES DAS FLS. 444/445 E 455/456 DOS RESPECTIVOS AUTOS.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (PRESIDENTE)

O eminente Relator acolhe o agravo de instrumento, logo como preliminar, em razão da incompetência do Juízo da 5ª Vara de Sucessões. Coloco em discussão.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Só uma pergunta. Então a questão, no final, resume-se a isso: O juiz que proferiu esse despacho determinando o bloqueio de disponibilidade de bens em relação ao espólio, ele não tinha competência para fazê-lo, porque que tinha já decidido anteriormente no agravo de instrumento acerca dessa matéria, o Tribunal disse que quem ia decidir acerca disso, ou seja, de medidas cautelares que versem sobre disponibilidade de bens do espólio vai ser o juiz da 8ª Vara. Então o pedido foi feito no lugar errado. Ele não tinha competência, por isso que a gente está acatando e está desconstituindo. Cabe a ela então fazer no juízo competente, se for o caso.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (PRESIDENTE)

Eu também colocaria em questão no que talvez existam duas situações completamente distintas para se apreciar a competência do juízo. Um foi num processo numa Vara de Família, mas o que o Tribunal decidiu foi, vamos admitir, num reconhecimento de união estável e agora com o falecimento do então titular dos bens e da conta bancária, formou-se o processo de inventário e a competência é da Vara de Sucessões.

Não se pode apreciar a partilha, divisão de bens entre herdeiros, por ocasião de falecimento, em Vara de Família. A competência é da Vara de Sucessões. E o juiz quando deferiu a medida de bloqueio dos valores, salvo engano ele deferiu para resguardar o patrimônio dos herdeiros ainda de um processo de inventário em tramitação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

É porque eu acho que não houve decisão judicial no outro processo, nem reconhecendo a pessoa como herdeira, nem como meeira. Ela deve está com outra ação, eu também não sei. Pelo o que eu pude entender aqui do que foi dito, essa ação que está tramitando na 8ª Vara de Família, não sei se foi concomitante ou posterior, porque essa ação de reconhecimento de sociedade ou de união estável, ela pode ter sido proposta tanto antes, quanto após o óbito.

Aí é outra questão que também tem que ver aí, porque se ela foi proposta após o óbito, que eu estou achando que foi o que aconteceu, e eu não sei também esse agravo em que situação foi. Existe algum conflito de competência nesse agravo de instrumento para eu poder dizer quem foi? Porque em tese seria isso. Não é não?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO (PRESIDENTE)

Eu vou pedir vista do processo porque preciso dar uma avaliada melhor.

DECISÃO:

"ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DES. AGENOR, APÓS O VOTO DO DES. RELATOR ACOLHENDO A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. FALTANDO VOTAR A DESA. VIRGÍNIA GONDIM".

Virgínia



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – 30.08.2012

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 251747-1 – RECIFE

AGRAVANTE: ESPÓLIO DE PAULO ROBERTO ALBUQUERQUE DE
MENEZES

AGRAVADO: CARLA MARIA DE ANDRADE

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO

PROCESSO ADIADO EM 12.04.12 EM RAZÃO DE PEDIDO DE VISTA DO
DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO, APÓS VOTO DO DES.
RELATOR ACOLHENDO A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO”.

VOTO VISTA DO DES. AGENOR FERREIRA FILHO ÀS FLS. 459/464.

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Senhor Presidente, a desembargadora quer consultá-lo a respeito do processo.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Antes de qualquer coisa, desembargador, para que eu possa captar tudo, cuida-se
então, na origem, de uma ação de inventário que dentro dessa ação foi
determinado o bloqueio em favor da pretensa convivente, é isso?

Então isso foi feito dentro do bojo da ação de inventário onde ainda não foi
reconhecida na 8ª Vara de Família, não foi julgado ainda o mérito dessa ação para
reconhecer a convivente ou não.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA (PRESIDENTE)

É, não foi. Olhe a questão deste processo é porque faz muito tempo e, em férias e
por questões adversas não se pode julgar antes. Então, através de um agravo foi
decidido que seria a competência para decidir acerca da união estável entre a
Vara de Sucessões e a Vara de Família, porque ela pretende ser reconhecida no
seu relacionamento com o de *cujus* e, dentre esses pedidos de reconhecimento,
ela pleiteou reserva de bens.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Lá na outra, na que tramita na 8ª Vara de Família, uma ação autônoma de reconhecimento.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA (PRESIDENTE)

Parece-me que houve decisão de conflito de competência, se seria a Vara de Sucessões onde tramita o inventário para o reconhecimento da sociedade de fato do relacionamento, ou seria Vara de Família. Através de agravo que eu citei foi decidido que a competência para processar e decidir o reconhecimento da união estável é Vara de Família, e naquele bojo foi também o pedido de bloqueio que ela queria, então firmou-se a competência do juízo da Vara de Família para a ação principal, que seria o reconhecimento da união estável.

Quando a competência foi para lá e o juiz tocou o processo ela veio cá no inventário e requereu que se reservassem bens para ela, porque em um eventual reconhecimento de união estável lá ficaria reservada e o juiz reservou esses bens.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

E o outro pedido ficou lá também na ação de reconhecimento?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA (PRESIDENTE)

O outro pedido está lá dentro, porque ele é consequência de reconhecimento de união estável e reserva de bens.

A competência foi da 8ª Vara Cível, só que a competência originária para reservar bens de processo de inventário, bens de espólio, é do juízo da sucessão. Não é do juízo da Vara de Família. Vara de Família não reserva bens de sucessão.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Mas então o pedido vai ficar feito, o mesmo pedido está tramitando então em duas ações com dois juízes diferentes, pelo que o Senhor relatou, ou seja, que seria até outra indagação. Ela antes de ser reconhecida convivente, ela *também* tem legitimidade para estar fazendo esse tipo de pedido dentro do inventário? Porque inventariante com certeza ela não tinha condições de ser.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Eu não lembro agora os detalhes, mas eu lembro que julgou outro, mas ela teria também legitimidade para fazer esse pedido no inventário sem ela ainda ser herdeira, companheira, convivente, sem ter reconhecimento dessa condição dela? Porque eu acho que deve ser. Eu também não sei se tem esse outro requisito.

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Senhor Presidente se Vossa Excelência achar interessante eu leio o pequeno relatório com relação a esse feito.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

Olhe, pode ser interessante, mas deixe só eu concluir. Doutora, a questão de se ela pode pedir no inventário reserva de bens, eu disse no meu voto, art. 1001 do CPC e vou ler:

“Aquele que se julgar preterido poderá demandar a sua admissão no inventário, requerendo-o antes da partilha, ouvidas as partes no prazo de 10 (dez) dias, o juiz decidirá. Se não acolher o pedido, remeterá o requerente para os meios ordinários, mandando reservar, em poder do inventariante, o quinhão do herdeiro excluído até que se decida o litígio”.

Então ela pode requerer e o lugar apropriado de reserva de bens de espólio é o juízo universal das sucessões.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Eu estou entendendo e a dúvida é só neste sentido porque, na verdade, ela ainda não tem condições de nada disso, nem de meeira, nem de herdeira, nem de nada porque só vai ser reconhecido quando for julgado o mérito da ação de reconhecimento de união estável. Então, em tese, ela não teria legitimidade para pedir isso no inventário, pelo menos do que o senhor leu no artigo, porque esse artigo pressupõe que a pessoa já seja, já tenha o documento que dá a condição de herdeira ou meeira, e pelo que estou vendo inexistente esse documento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

Doutora, o raciocínio de Vossa Excelência está correto. Se eu estivesse falando de ela ser inventariante, aqui diz: "Aquele que se julgar preterido, afastado, poderá requerer a sua admissão". Eu quero entrar no inventário, não diz quem é.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Mais para frente, diz no artigo que o senhor continuou lendo. Não tem não?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

Requerendo antes da partilha, ouvida as partes, se não acolher o pedido o juiz remeterá para os meios ordinários e para o juízo comum competente.

É o que acontece, existe uma ação de reconhecimento de paternidade...
(interrompido)

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

De reconhecimento de união estável que ainda não foi julgado, e como a gente está permitindo que seja feita essa separação se ela ainda não tem um título que diga que ela é meeira ou herdeira?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

Doutora, continuando o artigo ele diz: "O juiz remeterá para os meios ordinários".

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Peço vista.

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

A doutora quer vista.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Eu vou pedir vista para entender melhor.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

Eu vou esclarecer a Vossa Excelência, veja só, se não acolher o pedido, o juiz...
(interrompido).

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Não, é porque está tramitando essa outra ação lá. Eu estou achando que está tendo incongruência.

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Tem decisões de dois juízes extinguindo o feito e que determinou, e não tinha nem competência para determinar, e existe uma decisão do tribunal em outro processo ainda.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

Eu entendi e eu disse que havia uma decisão. Eu vou tentar novamente explicar a Vossa Excelência. Quem for preterido poderá requerer. Está no artigo: "Se o juiz não acolher mandará para os meios ordinários em outra ação" – isso já existe porque ela já entrou, está na 8ª Vara, buscando o reconhecimento de união estável. Já existe a ação tramitando, mas o artigo diz assim: "Se não acolher o pedido remeterá para os meios ordinários, mandando reservar".

O juiz de sucessões quando tomou conhecimento de que já havia a ação de reconhecimento de união estável, ele apenas não a mandou ir buscar o direito porque já sabia e ele cumpriu o restante que diz: "remeterá o requerente para os meios ordinários, mandando reservar, em poder do inventariante, o quinhão do herdeiro excluído até que se decida o litígio".

Agnesol



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

O quinhão do herdeiro excluído. Ela não está ainda em condição de herdeira e nem de meeira.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

Ele mandou para os meios ordinários, lá vai decidir se reserva. Se lá disser que não, acabou-se. Se lá disser que sim... (interrompido)

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Desembargador, como eu não estou com segurança para votar nesse processo eu trago na próxima semana. Como estou realmente com dúvida eu gostaria de analisar melhor.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

O direito de vista da senhora é completamente legítimo e eu não quero aqui, peço vênia e a compreensão do Desembargador Jambo, que o entendimento dele é válido e a decisão da Câmara no outro agravo de instrumento foi decidindo que o reconhecimento da união estável tem que ser na Vara de Família, não é na Vara de Sucessões, porque o reconhecimento de união estável é lá.

Agora nós estamos apenas tratando aqui de competência. Se o juiz agiu certo ou errado em reservar esses bens, é outra coisa. A competência é do inventário, não se pode tirar essa competência do juiz de sucessões.

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

O inventário é o juízo universal, atrai tudo. Mas só quero dizer que tem três decisões que eu não vou comentar, a não ser depois quando a desembargadora proferir o seu voto. Mas eu acho que tem três decisões, tem duas decisões de juizes que se disseram incompetentes e excluíram o feito. E um, após extinguir o feito, ainda determinou o bloqueio de contas. Ninguém pode bloquear contas se não tem mais competência. Tem essa figura, o juízo universal, sem dúvida, atrai todos os processos para ele, a questão fundamental, *data venia*, é um bloqueio de contas. Ainda tem o complicador que é essa senhora que é agravada ainda está



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

discutindo a legitimidade se ela pode ou não participar do inventário, porque existem discussões sobre esse fato. É isso.

Naturalmente estou concordando, achando doutrinal a Vossa Excelência que discorreu muito bem sobre direito civil de sucessão, mas a coisa mais bonita do juiz é ele refluir e dizer que está errado. Mas até agora eu não me senti nessa condição. Pode ser que doravante esteja nessa forma e com toda honra direi que terei equivocado. É só isso.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO (PRESIDENTE)

Eu agradeço e não discordo de Vossa Excelência, eu não estou discordando. Agora, por mais que o tribunal tenha decidido que a competência da ação de reconhecimento de união estável seja da Vara de Família e que dentro desse pedido de união estável estivesse com pedido de reserva de bens, quando o tribunal decide que a competência é da Vara de Família é porque é da Vara de Família, foi no bolo ali esse pedido de reserva de bens, que ele é inócuo, muito embora o tribunal tenha decidido, porque a competência de reserva de bens de inventário é do juízo da Vara de Sucessões, não é de Vara de Família. O juiz de lá só vai decidir a união estável. A reserva dos bens é do juiz do inventário e essa parte se ele agiu correto ou não, é mérito.

Eu estou aqui apreciando a competência para apreciar pedido de reserva de bens é de inventário. É do juiz do inventário e não é do juiz da Vara de Família, mas, a pedido de vista da Desembargadora Virgínia Gondim, suspendo o julgamento.

DECISÃO:

"SUSPENSO O JULGAMENTO À PEDIDO DA DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM".

Guaraci



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - 29.11.2012
AGRAVO INSTRUMENTO Nº 251747-1

AGRAVANTE: ESPÓLIO DE PAULO ROBERTO ALBUQUERQUE DE
MENEZES - RECIFE
AGRAVADO: CARLA MARIA DE ANDRADE
RELATOR: DESEMBARGADORA ALFREDO JAMBO

"SUSPENSO O JULGAMENTO A PEDIDO DA DESEMBARGADORA
VÍRGÍNIA GONDIM EM SESSÃO DE 30. 08 2012.

VOTO VISTA ÀS FLS. 470/472 DOS AUTOS.

PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA (PRESIDENTE)

A eminente Desembargadora também reconhece a competência do Juiz da
Vara de Sucessões e Registro Público para apreciar o pedido de reserva de
bens de bloqueio.

Rejeita a preliminar comungando com o meu voto.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE
INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO".

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA (PRESIDENTE)

Devolvo, então, a palavra ao eminente Desembargador Relator para o voto de
Mérito.

MÉRITO

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO (RELATOR)

Senhores Colegas Desembargadores, peço licença para fazer a leitura breve
da ementa se necessário lerei todo o voto.

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DETERMINAÇÃO DE BLOQUEIOS DE
BENS PELO JUÍZO DA VARA DE SUCESSÕES. IMPOSSIBILIDADE.
DECISÃO ANTERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Notas Taquigráficas - Eglantine - 3ª CC - 251747-1 - J. 29.11.2012

3º julgamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECLARANDO-O INCOMPETENTE PARA DECIDIR SOBRE TAL MATÉRIA. RECONHECIDO A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FAMÍLIA, CIÊNCIA DESTA DECISÃO PELO JUÍZO PROLATOR DA DECISÃO ORA RECORRIDA. PODER GERAL DE CAUTELA. IMPOSSIBILIDADE. Tal instituto não pode ser utilizado por juízo incompetente. Recurso Provido. Decisão Revogada".

Vou dizer a conclusão do voto: "Diante da fundamentação acima esposada voto pelo provimento do presente recurso, no sentido de revogar a decisão ora atacada, restabelecendo a disponibilidade das contas bancárias e ativos financeiros que se encontrem sob a titularidade do *de cujus*, salientando-se que a possibilidade de movimentação de tais recursos, fica condicionada à análise do juízo competente. Prejudicado o Agravo Regimental nº 02517647-1/01".

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA (PRESIDENTE)

Então o eminente Relator dá provimento ao recurso. Voto que ponho em discussão.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES

Desembargador Relator, nesse caso específico, eu fiz o meu voto de mérito. Agora vou passar a lê-lo verbalmente com relação ao mérito em si da questão.

VOTO VISTA QUANTO AO MÉRITO ENCONTRA-SE À FL. 472 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA (PRESIDENTE)

Na mesma linha de raciocínio do eminente desembargador relator, pelo provimento do recurso.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES

Uma vez afastada a preliminar, porque realmente eu entendo que o juiz da Vara de Inventário, acompanhando o voto de Vossa Excelência, é o competente para apreciar esse pleito, mas no mérito do agravo de instrumento, em razão da decisão ter sido *extra petita* porque, ele decidiu *além do que foi* pedido realmente, no início ela só pediu que fosse admitida no inventário e que fosse feito expedição de ofício ao Banco para saber se tinha título. Foi esse o pedido dela, simplesmente esse, ela não pediu, realmente, de forma clara e específica e formal, esse bloqueio de indisponibilidade de bens. Então, o juiz foi *mais além*, já deu esse bloqueio, eu entendi que de ofício porque, realmente, não tinha pedido expresso nesse sentido e ele não fundamentou a decisão. Ou seja, ele não disse qual era o perigo da demora nem a fumaça do bom direito,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

essa relevância do direito e o perigo da demora, consoante jurisprudência a respeito desse tema específico.

Então, por conta desses dois destaques é que eu estou votando no sentido de anular essa decisão interlocutória, o que de forma alguma impossibilita que a parte venha a renovar e o juiz apreciar em obediência ao que foi pedido pela parte, com base numa fundamentação, porque ele não ressaltou isso.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA (PRESIDENTE)

Então estou entendendo o voto de Vossa Excelência.

Bom, esse julgamento tem um certo tempo e Vossa Excelência é quem recente estava com o processo. Então, vou lhe fazer uma pergunta, porque nós estamos afastados desse caso faz tempo.

Então só para confirmar: A parte agravada não requereu o bloqueio?

DESEMBARGADORA VIRGINIA FONDIM DANTAS EODRIGUES

Não. Ela pediu a habilitação e expedição de ofício ao Banco para saber se tinha valores disponíveis.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA (PRESIDENTE)

O juiz por conta dele reservou... (interrompido)

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA FONDIM DANTAS RODRIGUES

O juiz já, então, deferiu uma decisão pequenininha, não fundamentou, não disse por que era o perigo, a relevância do direito nem o perigo da demora, e deferiu sem ter pedido expresso a cerca disso, da reserva de bens.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA (PRESIDENTE)

Agradeço a informação de Vossa Excelência e passo a proferir o meu voto.

Diante desses esclarecimentos de Vossa Excelência e do bem lançado voto de Vossa Excelência, assim como o eminente Relator, eu acompanho no mesmo sentido para dar provimento ao recurso, inclusive com a lembrança de Vossa Excelência que cabe a parte se renovar e se o juiz entender de ser necessário a reserva de bens ele poderá fazê-lo. O fato principal é de que ela não pediu, ela pediu para ingressar no inventário e simplesmente. O juiz que antecipou.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Concluo o meu voto acompanhando o Relator e a eminente Desembargadora Virgínia.

DECISÃO:

"MÉRITO: À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO PARA FINS DE REFORMAR A DECISÃO HOSTILIZADA, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR RELATOR. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DESEMBARGADOR RELATOR".

Quart